



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

LÍVIA AGUIAR CORRÊA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS: Um estudo
do ensino médio integrado do IFTO – Campus Palmas no período de 2014 a
2020**

PALMAS

2022

LÍVIA AGUIAR CORRÊA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS: Um estudo
do ensino médio integrado do IFTO – Campus Palmas no período de 2014 a
2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso de Tecnologia em
Gestão Pública do Instituto Federal do
Tocantins – Campus Palmas, como exigência
à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão
Pública.

Orientadora: Prof. Me. Ana Carolina Nogueira
Falcão.

Coorientador: Prof. Me. Guilherme Pereira de
Carvalho.

PALMAS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

C824p Corrêa, Livia Aguiar
 Políticas públicas de educação inclusiva para surdos : Um estudo
 do ensino médio integrado do IFTO – Campus Palmas no período de
 2014 a 2020 / Livia Aguiar Corrêa. – Palmas, TO, 2022.
 33 p.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública)
 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
 Campus Palmas, Palmas, TO, 2022.

 Orientadora: Ma. Ana Carolina Nogueira Falcão
 Coorientador: Me. Guilherme Pereira de Carvalho

 1. Educação inclusiva. 2. Políticas públicas. 3. Surdos. I. Falcão,
 Ana Carolina Nogueira. II. Carvalho, Guilherme Pereira de. III. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LÍVIA AGUIAR CORRÊA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS: Um estudo
do ensino médio integrado do IFTO – Campus Palmas no período de 2014 a
2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso de Tecnologia em
Gestão Pública do Instituto Federal do
Tocantins – Campus Palmas, como exigência
à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão
Pública.

Orientadora: Prof. Me. Ana Carolina Nogueira
Falcão.

Coorientador: Prof. Me. Guilherme Pereira de
Carvalho.

Aprovado em: 12/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mestre Ana Carolina Nogueira Falcão
Orientadora
IFTO – Palmas

Prof. Mestre Teresa Cristina Hitomi Kikuchi do Vale
IFTO – Palmas

Prof. Especialista Wáhkylla Rodrigues Fonseca Cursino
IFTO – Palmas

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força e coragem para prosseguir em mais uma etapa da minha vida.

A todos da minha família, em especial ao meu esposo, e aos meus amigos pelos momentos de convívio, apoio e incentivo.

A minha orientadora, Prof. Me. Ana Carolina Nogueira Falcão, e ao meu coorientador, Prof. Me. Guilherme Pereira de Carvalho, pela orientação, paciência e dedicação na elaboração deste trabalho.

Aos demais professores que tive o prazer de conhecer ao longo do curso de Gestão Pública. A todos que, de alguma forma, me ajudaram a vencer este desafio.

RESUMO

A educação inclusiva para pessoas com necessidades específicas surgiu a partir do intuito de integrar esse público ao ensino regular. E as políticas públicas de educação inclusiva são um conjunto de ações ou programas criados para assegurar o direito a educação. Sobretudo por entender que a educação é dever do estado e da família para que o sujeito se desenvolva para a formação para o trabalho e para práticas sociais. Esse estudo objetivou avaliar de que forma a aplicação da política pública de educação inclusiva auxiliou pessoas surdas no ambiente escolar do Ensino Médio Integrado (EMI) do IFTO – Campus Palmas no período de 2014 a 2020. Alguns dos passos utilizados para chegar lá foram identificar quais as normativas aplicadas no IFTO para pessoas surdas, bem como, averiguar se as políticas públicas de educação inclusiva trouxeram melhorias na permanência desses alunos; e verificar o processo de estruturação e organização ao surdo no IFTO. Para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, através do estudo levantado no referencial teórico e a busca de dados realizada no IFTO - Campus Palmas. A partir da análise de dados foi possível perceber como as políticas de inclusão para os surdos atuam para garantir o direito a inclusão deles, além de desmontar a importância das mesmas e os benefícios que podem trazer para a sociedade. E também foi percebido a relevância de uma rede de apoio para a eles. Enfim, por meio de todo o estudo realizado foi possível confirmar que as políticas públicas de educação inclusiva são de extrema importância para auxiliar na integração dos surdos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Políticas públicas. Surdos.

ABSTRACT

Inclusive education for people with specific needs emerged from the intention of integrating this public into regular education. And public policies for inclusive education are a set of actions or programs created to ensure the right to education. Especially for understanding that education is the duty of the state and the family so that the subject develops for training for work and social practices. This study aimed to evaluate how the application of the public policy of inclusive education helped deaf people in the school environment of the Integrated Secondary Education (EMI) of the IFTO - Campus Palmas in the period from 2014 to 2020. Some of the steps used to get there were to identify which the norms applied in the IFTO for deaf people, as well as, to verify if the public policies of inclusive education brought improvements in the permanence of these students; and verify the structuring and organization process for the deaf in the IFTO. For that, bibliographical and documentary research was used as a method for data collection, through the study raised in the theoretical framework and the data search carried out at the IFTO - Campus Palmas. From the data analysis, it was possible to understand how inclusion policies for the deaf act to guarantee their right to inclusion, in addition to dismantling their importance and the benefits they can bring to society. And the relevance of a support network for them was also perceived. Finally, through all the study carried out, it was possible to confirm that public policies for inclusive education are extremely important to assist in the integration of the deaf.

Keywords: Inclusive education. Public policy. Deaf.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEID	Coordenação de Educação Inclusiva e Diversidade
Eafa	Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
EMI	Ensino Médio Integrado
ETF	Escola Técnica Federal de Palmas
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
NAPNE	Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Problema de Pesquisa.....	9
1.2	Justificativa.....	10
1.3	Objetivos.....	11
1.3.1	Objetivo geral.....	11
1.3.2	Objetivos específicos.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	O conceito de políticas públicas.....	12
2.2	Educação inclusiva no Brasil.....	14
2.2.1	Educação inclusiva e pessoas surdas.....	15
2.2.1.1	A língua de sinais e seu papel na educação inclusiva.....	17
2.3	IFTO – Campus Palmas.....	20
2.3.1	NAPNE – IFTO Campus Palmas.....	21
2.4	Ensino Médio Integrado.....	23
3	METODOLOGIA.....	25
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	28
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva surgiu como uma forma de evolução da educação especial. Segundo Sousa (2019), a educação inclusiva não se resume somente ao direito de pessoas com deficiência poderem acessar o ambiente escolar, mas também uma forma de garantir o direito delas a viver suas identidades. E hoje ela está tendo preferência, porque além promover uma maior inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar, também promover por consequência uma maior inclusão na sociedade.

E para que isso ocorra da melhor forma possível, são elaboradas políticas públicas de educação inclusiva – como por exemplo, a Lei nº 10.436/02 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) – destinadas a colaborar com essa inclusão, e também, para estabelecer normas e regras que as instituições escolares devem seguir para melhorar a qualidade de vida e o ensino desses alunos.

Esse trabalho buscou fazer uma avaliação das políticas públicas de educação inclusiva para pessoas surdas, no âmbito do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - Campus Palmas, para verificar se elas promovendo a inclusão desses alunos.

Essa pesquisa se justificou a fim de se ter um melhor entendimento da realidade dessas políticas no IFTO e para se poder fazer um diagnóstico da situação atual do Campus Palmas. E, se possível, poder contribuir para a melhoria das mesmas.

1.1 Problema de pesquisa

A educação inclusiva foi criada para integrar pessoas com deficiência nas instituições educacionais de ensino regular, e para que ela seja colocada em prática, são criadas políticas públicas. Sabendo disso, é levantado o seguinte questionamento:

De que forma a aplicação das políticas públicas de educação inclusiva auxilia a pessoa surda no ambiente escolar?

1.2 Justificativa

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional regular tem ocorrido com desafios. Dessa forma, políticas públicas são criadas para facilitar esse processo. Porém, elas precisam realmente contribuir de forma satisfatória no ensino desses alunos e também para melhorar a qualidade de vida dos mesmos dentro das instituições educacionais.

As políticas de educação inclusiva são criadas para atender todos os tipos de deficiência, ou seja, vale tanto para deficiência física, intelectual, sensorial, auditiva, visual, entre outras. E nesse trabalho, o foco da pesquisa será voltado para as pessoas com surdez e as políticas de inclusão para as mesmas.

Nesse processo inclusivo as instituições precisam estar preparadas para atender os alunos com deficiência. E, também são necessários profissionais capacitados para atender esse público, como por exemplo, os professores bilíngues e intérpretes de Libras, além de fornecer as ferramentas necessárias para que possa ser dada a devida assistência.

Quando as políticas são bem elaboradas e colocadas em prática, esses alunos conseguem acompanhar melhor, principalmente quando se trata de uma escola regular, os ensinamentos que estão sendo repassados, e por consequência, passam a se sentir incluídos no meio em que estudam, e também poderá trazer posteriormente um reflexo na sociedade.

Devido à dificuldade para incluir pessoas com deficiência auditiva no ambiente escolar, essa pesquisa se justifica porque através da aplicação das políticas públicas de educação inclusiva em contribuição para o seu público-alvo, ocorre o benefício de mais integração na escola e sociedade.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O presente trabalho teve como objetivo geral avaliar de que forma a aplicação das políticas públicas de educação inclusiva auxilia pessoas surdas no ambiente escolar do Ensino Médio Integrado (EMI) do IFTO – Campus Palmas no período de 2014 a 2020.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais as normativas aplicadas no IFTO para pessoas surdas;
- Averiguar se as políticas públicas de educação inclusiva trouxeram melhorias na permanência desses alunos;
- Verificar o processo de estruturação e organização ao surdo no IFTO.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O conceito de políticas públicas

As políticas públicas são um conjunto de ações ou programas, formulados pelo governo, com a participação direta ou indireta da sociedade, que visam assegurar determinado direito de cidadania. Segundo Souza (2007, p. 69) pode-se resumir política pública “[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).”.

As políticas públicas, após traçadas e elaboradas, se repartem em programas, projetos, planos, base de dados, ou sistema de informação e pesquisas. E quando são executadas, ficam sujeitas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2007).

Conforme explicado acima é interessante, aliás, destacar que se a política pública não tiver o devido acompanhamento, ela pode não sair do papel. E a avaliação também tem uma grande função, pois é a partir dela que será possível saber se a política pública está atingindo o seu objetivo, e caso não esteja, poderá ser verificada qual a direção que deve ser seguida e se existe alguma mudança a ser feita para que o objetivo seja alcançado.

Uma política pública para Saravia (2006, p. 28) “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade.” O autor deixa claro que essas decisões podem ser consideradas como estratégias que direcionam para diversas finalidades, e de algum modo, todas esses fins são almejados pelos diferentes grupos que fazem parte do processo decisório (SARAVIA, 2006).

Pode, ainda, se dizer que as políticas públicas são um sistema de decisões que tendem a realizar ações ou omissões, preventivas ou corretivas, que tem o destino de manter ou alterar a realidade de um ou variados setores da sociedade (SARAVIA, 2006).

De acordo com o entendimento dos autores sobre o conceito de política pública, é possível entender que o objetivo de uma política pública é trazer a melhora ou até mesmo a resolução de uma problemática que atinge a sociedade ou também, prevenir que algum fato se concretize.

Neste contexto, fica claro que mesmo que ela seja elaborada e planejada para melhorar ou mudar algo na vida social, caso ela não seja colocada em prática, ou não seja feito o devido acompanhamento da mesma, de nada vai adiantar. E conforme mencionado pelo autor Saravia (2006, p. 29) “Os atores administrativos, políticos e seus analistas constatarem igualmente a extrema complexidade das políticas públicas e as aparentes debilidades do Estado para cumpri-las.”. Uma política pública pode tanto manter, como alterar a realidade não só de um, mas de vários setores da sociedade.

E para que essas políticas possam trazer reais benefícios a sociedade é importante que esses atores saibam selecionar quais são as prioridades e não tomem decisões sem imparcialidade, para que realmente elas tragam benefícios a sociedade e também, por exemplo, evite o desperdício de recursos públicos. Pois foram eles mesmos que, conforme mencionado anteriormente, constataram que as políticas públicas são complexas e o Estado tem suas fragilidades para executá-las.

A capacitação dos gestores representa um passo primordial no processo de discussão acerca de métodos de gestão compatíveis com a realidade do setor público. O despertar da participação consciente e ativa da sociedade no processo de gestão é outro requisito que deve ser levado mais a sério, já que o objetivo da gestão pública se volta em totalidade aos interesses sociais. (ALBARELLO, 2006, p. 67).

O autor deixa claro na citação acima que é de grande importância a capacitação dos gestores para o setor público e sociedade. São eles os autores que vão estar à frente das políticas públicas. E conforme o citado, o objetivo da gestão pública é atender os interesses sociais, e caso os responsáveis não tenham a competência necessária, tal objetivo não será alcançado. Pois eles não conseguirão elaborar, executar e acompanhar de forma satisfatória, e/ou fazer as mudanças necessárias, para as políticas públicas seguirem o fluxo correto.

Sendo assim, fica claro o que é política pública, para que ela serve e quais são os fatores necessários para sua construção, execução, condução e melhoria. E também é possível compreender o porquê da sua tamanha importância para a sociedade, pois sem ela não haveria outra forma de propor soluções para as mais variadas problemáticas sociais.

2.2 Educação inclusiva no Brasil

Antes da história da educação inclusiva começar, o que se existia no Brasil era a educação especial. Basicamente, na educação especial, os alunos com deficiência têm uma classe exclusiva, diferente da educação inclusiva, em que os esses mesmos alunos estudam com os alunos de classes regulares. De acordo com Buccio e Buccio (2008) a história da educação especial foi marcada pelo caráter assistencialista dentro de uma atitude de segregação e segmentação das deficiências, contribuindo para o isolamento dessas pessoas na vida escolar e social.

A partir dos anos 30 muitas instituições foram criadas, sendo que grande parte delas existe até hoje e são muito importantes para a educação especial. Em 1935 foi quando surgiu a primeira instituição para pessoas com deficiência em Minas Gerais, com o objetivo de cuidar das crianças especiais do Brasil. A primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) foi fundada em 1954 na cidade do Rio de Janeiro. E com o aumento considerável de pessoas chamadas incapacitadas por todo o país, foi fundada em 1950 a Associação de Assistência à Criança Defeituosa - AACD (SANCHES e ARRUDA, 2014).

O autor deixa claro que a ideia de socialização obrigatória de pessoas com deficiência na rede regular de ensino começou a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal N.º 9.394/96), propondo estímulos ao interesse do aluno, ajudando-o a construir suas novas descobertas, desenvolvendo e enriquecendo sua personalidade (SANCHES e ARRUDA, 2014).

Em relação ao contexto legal, as quatro legislações básicas, no Brasil, que discutem os fundamentos da educação inclusiva no sistema educacional, de acordo com Sanches e Arruda (2014, p. 11), são:

[...] a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal N.º 9.394/96), a Lei da CORDE – Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (Lei Federal N.º 7.853/89) e a Lei da Acessibilidade (Lei Federal N.º 10.098/00).

O estado deve garantir a inclusão das pessoas com deficiência, e ainda, de forma eficaz, pois é ele o responsável por proporcionar os direitos fundamentais do cidadão, como saúde e educação, que estão determinados na constituição, que

conforme explicado acima é uma das legislações que falam sobre o assunto. Ainda de acordo com Sanches e Arruda (2014), para uma escola ser inclusiva, precisa ter uma organização, tanto no seu currículo quanto na sua estrutura e não deve ter só um papel com regras e ficar só no burocrático, deve acompanhar as modificações da sociedade.

De acordo com Sanches e Arruda (2014) existem vários os documentos que apoiam a inclusão das pessoas com deficiência, e o mínimo que os cidadãos podem fazer é entender que a educação é de direito de todos, independentemente de qualquer condição, seja ela física, intelectual, emocional ou social, pois somente dessa forma as pessoas poderão conviver em sociedade de forma respeitosa, sem preconceitos, transformando as pessoas livres e iguais em seus direitos. De acordo com Capellini (2011, p. 143):

A escola hoje vive dilemas que fazem parte do debate macro que a sociedade globalizada moderna deste início de século enfrenta em todas as suas esferas. Isso parece mera conclusão do óbvio, porém quando se observa a fundo questões como igualdade étnica, de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito às diferenças e minorias, a prática escolar continua, salvo algumas exceções, reproduzindo práticas excludentes, eximindo-se, muitas vezes, do reconhecimento e valorização das diferenças, por exemplo, valorizando cada ser humano, já que todos são diferentes em vários aspectos que transcendem os fatores biológicos, e utilizando essa diferença como força motriz para o processo ensino-aprendizado.

Sendo assim, é possível perceber o papel de grande importância que as adaptações têm para um bom funcionamento da educação para as pessoas com deficiência. Podemos perceber conforme citado acima que é necessário que o acesso à oportunidade seja garantido. Não é exagero afirmar que a educação inclusiva somente atinge seu objetivo quando ela é realmente colocada em prática, pois nada adianta ter toda uma regulamentação estabelecida, se a mesma não sair do papel.

2.2.1 Educação inclusiva e pessoas surdas

O conceito de pessoas surda, conforme o Art. 2º do Decreto Nº 5.626 de dezembro de 2005, é “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura

principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.” Ainda nesse mesmo artigo, no parágrafo único, é definido o conceito de deficiência auditiva como “[...] a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.” (BRASIL, 2005, p. online)

É interessante, aliás, lembrar que durante muito tempo os surdos foram excluídos da sociedade, incluindo o direito de adquirir conhecimento. Como na Grécia antiga, no período dos filósofos clássicos, por exemplo, essas pessoas eram vistas como animais, já que o entendimento da sociedade era que o pensamento só se dava por meio da fala. Então, o fato dessas pessoas não ouvirem, acabava retirando o direito delas a obter aprendizagem e ensinamentos (CARVALHO, 2007). Mas felizmente com o passar do tempo esse quadro foi mudando e as pessoas surdas começaram a ser incluídas na educação.

No Brasil, a educação de surdos tem início, formalmente em 1857, quando o professor surdo Eduard Huet veio para o Rio de Janeiro a pedido do Imperador D. Pedro II. Com a fundação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos, inicia-se o processo de educação formal dos surdos no Brasil, que passaram a ter uma escola especializada para sua educação e oportunidade de criar a Língua de Sinais dos Centros Urbanos (LSCB), fato de suma importância no processo de educação dessas pessoas. (ALVES, SOUZA, *et al.*, 2015, p. 29).

Conforme citado acima, pode-se dizer que no Brasil somente em 1857 foi iniciada a educação voltada para os surdos, e que esse fato teve grande importância para o desenvolvimento dessas pessoas. Porém, é preciso ir mais além, pois o processo educacional dessas pessoas apresentou várias faces de um ensino excludente. Os surdos foram obrigados a aprender a língua oral, e isso acabou prejudicando o seu processo de comunicação tanto em relação a língua de sinais, quanto em relação a própria língua oral (ALVES, SOUZA, *et al.*, 2015).

A inclusão dos surdos no ambiente escolar começou a se transformar no século XXI. O que contribuiu consideravelmente para isso ocorrer foi com a criação da Lei 10.436/02 e a promulgação do Decreto 5.626/05, que fez com que o processo educacional dos surdos assumisse novas configurações, devido, dentre outros, à

organização do espaço através de uma proposta de educação bilíngue, e com a presença da língua de sinais no ensino (RODRIGUES e SILVÉRIO, 2013).

De acordo com Barros e Alves (2019) a educação desse público percorreu algumas abordagens até se chegar à educação bilíngue. Primeiramente tentaram o Oralismo, em que o foco era realizar a oralização dos surdos, para que eles ficassem mais parecidos com os ouvintes. Após isso ocorreu o surgimento da Comunicação Total, nela buscava-se usar a língua de sinais, oralização e gestos no processo educacional deles. E após elas não terem sido suficientes houve o surgimento do Bilinguismo, que passa a argumentar que para se formar a identidade do surdo, a língua de sinais deve que ser a primeira língua desse público.

No momento atual, é perceptível a intensificação da presença de alunos com surdez nas escolas comuns, em oposição ao que ocorria em décadas atrás, em que eles se concentravam em escolas especiais. O que acabou trazendo novos desafios para as escolas, então para superar esses obstáculos, várias escolas comuns do Brasil passaram a implantar propostas específicas para a educação de alunos surdos, o que começou a promover uma nova realidade educacional. (RODRIGUES, 2015)

Fica evidente, diante desse quadro que durante a história, a inserção dos surdos na educação teve que passar por vários obstáculos. No Brasil foi somente nas últimas décadas que se tornou possível perceber mudanças realmente significativas em relação a educação de alunos com surdez. O reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais, através das legislações citadas acima, possibilitou a abertura de novos caminhos para o processo de educação dessas pessoas, e consequentemente essas elas passaram a ter uma melhor inclusão na escola e sociedade.

2.2.1.1 A língua de sinais e seu papel na educação inclusiva

Pode-se compreender a Libras como o principal meio que a comunidade surda tem para expressar suas ideias e realizar a comunicação entre si e com pessoas ouvintes. O entendimento do que é Língua Brasileira de Sinais – Libras, de acordo com o parágrafo único do Art. 1º da Lei n.º 10.436/02, é como "[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão

de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil." (BRASIL, 2002, p. online)

Na visão de Rossi (2010) a pessoa que não tem acesso à audição acaba por consequência tendo mais contato com sentido da visão. E neste contexto, para a autora, o indivíduo que possui acesso a língua de sinais e a língua portuguesa acaba sendo melhor integrado na sociedade, justamente por ter uma gama muito mais ampla de recursos de linguagem. Contudo, é preocupante a constatação de que o meio educacional ainda possui várias limitações no atendimento a essas pessoas, sendo uma delas o despreparo de vários professores em relação ao ensino desse público. Esse fato tem relevância porque pode ocasionar, por exemplo, falhas de comunicação entre professor e aluno, e, por consequência, levar ao fracasso educacional e a exclusão desses alunos.

Conforme explicado acima, é interessante destacar que a Libras tem uma grande importância para a aprendizagem e inclusão das pessoas surdas em vários ambientes, e se tratando do escolar, fica evidente a que ela se faz necessária para que a integração ocorra. Mas apesar desse importante papel, a estrutura educacional ainda tem falhas a serem corrigidas. É sinal de que há, enfim, muita coisa a ser corrigida ainda, pois a comunicação eficiente entre, por exemplo, professor e aluno — que é um dos tipos de comunicação que ocorre em sala de aula — não poderá ser desprezada para que se alcance resultados de aprendizagem satisfatórios (ROSSI, 2010)

Segundo Cunha, Santos e Cavalcante (2010), a língua de sinais é um dos meios mais significativos para o progresso do surdo, então quanto mais cedo o contato com ela, melhor vai ser para o desenvolvimento de uma criança surda. A língua de sinais é a linguagem utilizada pela comunidade surda e a Libras é a língua que foi desenvolvida para ser utilizada no Brasil, em outros países eles desenvolveram as suas próprias línguas de sinais. Nesse contexto, fica evidente mais uma vez que é muito alta a importância da Libras e que ela está diretamente atrelada a inclusão das pessoas surdas em vários locais. Sob essa visão, ganha particular relevância a formação de profissionais que possam contribuir diretamente para a integração dessa comunidade com as instituições educacionais.

Os autores deixam claro que a língua de sinais é muito significativa para a comunidade surda. O mais preocupante, contudo, é perceber que mesmo tendo um papel tão grande, ela ainda não é valorizada como deveria, e para que se alcance uma maior inclusão ela se faz necessária. Antes, era somente considerada a inteligência de quem demonstrasse suas ideias a partir da oralização, mas no contexto atual isso vem sendo mudando (ROSSI, 2010). E para que a integração dessas pessoas ocorra, foi adotado o bilinguismo, de acordo com Rossi (2010, p.78) "O Bilinguismo, que atualmente é empregado como o método mais assertivo, pretende que ambas as línguas, Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a Língua Portuguesa, sejam ensinadas sem que uma interfira ou prejudique a outra."

A Lei n.º 10.436/02 e o Decreto n.º 5.626/05 vieram como um grande marco para as pessoas surdas, pois vieram para reconhecer e regulamentar a língua brasileira de sinais. Caso contrário, possivelmente a linguagem dos surdos e sua integração na educação regular estariam ainda com muito atraso, e bilinguismo, por exemplo, nem existiria. Foi a partir do decreto que se instituiu a obrigatoriedade da Libras em cursos que formam professores, além também de ter garantido presença de um intérprete da Libras nas salas de aula e entre vários outros direitos que vieram para promover a inclusão do surdo.

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 5.626/05:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005, online).

Ainda no mesmo Decreto, no Art. 22:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

[...]

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem

como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, online).

Tem-se ainda a Lei nº 14.191/21, que veio para alterar a LDB (Lei nº 9394/96) e introduzir o Capítulo V-A, que trata Da Educação Bilíngue para Surdos. Sendo que em seu Art. 60-A informa que:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021, online).

Portanto, torna-se evidente pelo que foi descrito nos parágrafos acima que a língua brasileira de sinais é muito importante para a inclusão dos alunos com surdez no ambiente educacional. Vê-se, pois, que sem ela esse público não teria a devida integração na sociedade e não seria possível estabelecer uma comunicação mais assertiva. Logo, é indiscutível o fato que se faz necessário dar continuidade às políticas criadas para atender essas demandas e que é preciso continuar em caminho de evolução, pois caso isso não ocorra, esses alunos vão acabar sendo excluídos do ambiente de ensino e não haverá conseqüentemente uma educação inclusiva.

2.3 IFTO – Campus Palmas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado por meio da lei n.º 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ele é resultado da junção da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) com a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa). A Instituição fornece educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, sendo sua especialidade a educação profissional e tecnológica (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016).

O Campus Palmas do IFTO foi inaugurado em abril de 2003, que na época era Escola Técnica Federal de Palmas, e tem capacidade para atender mais de 4.000 estudantes. A unidade é referência em ensino de qualidade na capital do Tocantins e

região, e ocupa uma área de 128.508,38m² (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016).

Ele oferta cursos nos níveis técnicos nas modalidades subsequente, integrado ao ensino médio, de graduação em bacharelados, licenciaturas e tecnológicos, pós-graduação lato sensu, EaD e Proeja. Falando-se mais especificamente sobre a modalidade ensino médio integrado, ela disponibiliza oito cursos técnicos, que são eles técnico em Administração, em Agrimensura, em Agronegócio, em Controle Ambiental, em Eletrotécnica, Eventos, Informática para Internet e em Mecatrônica. Além disso, também oferta cursos de formação inicial e continuada, voltados à capacitação rápida da comunidade para o mercado de trabalho. Que, conforme explicado acima, são de referência para todo o estado (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016).

A instituição faz jus ao que há de melhor na história do ensino profissionalizante no Brasil, pois forma profissionais que atendem tanto às metas de desenvolvimento do país quanto às demandas da sociedade. Por isso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão voltados para os Arranjos Produtivos Locais ganha destaque nesta instituição, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico ao Estado (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016, p. on-line).

Podemos perceber conforme citado anteriormente que o IFTO é uma instituição reconhecida pelo ensino profissionalizante que fornece, dessa forma, espera-se que cada vez mais sejam formados profissionais capacitados a atender as demandas da sociedade. Nesse sentido, é possível dizer que é importante que o instituto possa sempre fornecer um ensino de qualidade, e assim, continuar proporcionando o desenvolvimento regional e nacional através da educação.

2.3.1 NAPNE – IFTO Campus Palmas

O Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) fazia parte da Coordenação de Educação Inclusiva e Diversidade (CEID) do IFTO – Campus Palmas, mas atualmente é uma coordenação própria. A CEID atua na parte de assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da instituição, e também a implementação de políticas de ensino que viabilizem a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis,

formas e modalidades da educação profissional técnica e tecnológica, atendendo os princípios de eticidade e legalidade (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2017).

O NAPNE tem como finalidade acompanhar a vida escolar de estudantes com deficiência, transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação e as pessoas com diferentes dificuldades de aprendizagem conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2017).

É possível dizer que para os números de matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação continuem aumentando, é de suma importância que o NAPNE esteja cumprindo sua finalidade, conforme explicado acima. De acordo com dados divulgados pelo INEP (2017) no Censo Escolar 2018 o número de matrículas desse tipo de estudante, sejam elas em classes comuns ou em classes especiais exclusivas, foi de 1,2 milhão no ano de 2018. O que representou um aumento de 33,2% em relação a 2014. Isso só se torna possível, a partir do momento em que as instituições de ensino proporcionam condições de para que esses alunos permaneçam.

De acordo com MEC (2017, p. 3) na Seção III Dos Objetivos:

Art. 7º O NAPNE/IFTO/Campus Palmas tem como objetivos específicos:

- I - Instituir programas e projetos na área da Educação Inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão com êxito de alunos com necessidades específicas no IFTO;
- II - Estabelecer e divulgar políticas de inclusão e ações afirmativas no tocante a legislação em vigor no país;
- III - Proporcionar apoio sociopsicopedagógico aos docentes, quanto à inclusão de alunos com necessidades específicas;
- IV - Atender as especificidades dos discentes com necessidades específicas matriculados regularmente no IFTO;
- V - Oferecer orientações, capacitações, adequações e adaptações que garantam a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas;
- VI - Realizar, organizar e participar de eventos na educação Inclusiva, visando à sensibilização e à divulgação do Programa de Ações Afirmativas do IFTO, conveniados e demais parceiros;
- VII - Promover a formação inicial e continuada e/ou pós-graduação de profissionais do IFTO sobre a educação Inclusiva;
- VIII - Captar parcerias, convênios, recursos materiais e financeiros para realização das atividades no desenvolvimento da proposta de inclusão educacional;
- IX - Preparar pessoas com necessidades específicas para inserção no mundo do trabalho;
- X - Identificar os discentes com necessidades específicas e/ou com deficiência;
- XI - Acompanhar e mediar o processo de ensino-aprendizagem dos discentes favorecendo a interlocução dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Portanto, torna-se evidente que o NAPNE foi pensado justamente para ajudar na integração entre as pessoas com algum tipo de deficiência e a escola. Pois, é ele que fornece a elas o amparo e acompanhamento necessário para que possam integrar o ambiente escolar. Logo, é indiscutível o fato que ele é essencial para se atingir uma educação inclusiva, e conseqüentemente, levar a inclusão desse público na sociedade em geral.

2.4 Ensino Médio Integrado

Podemos conceituar o Ensino Médio Integrado (EMI) como sendo uma modalidade que combina o ensino tradicional ao profissionalizante. Ele possibilita que o estudante conclua o ensino médio junto ao ensino técnico, o que o capacita ao mercado de trabalho. Para Ramos (2017) apesar da educação integrada ao ensino técnico não abranger completamente o estudo das Ciências Humanas e Sociais, por que parte da carga horária é voltada a formação técnica, as experiências que os estudantes levam desses tipos de instituições, possibilitam não só uma formação de qualidade, mas também uma compreensão de mundo mais desenvolvida.

Segundo Araújo e Silva (2017) o Ensino Médio é uma das oportunidades únicas de se intervir na formação de uma sociedade, pois vai ser nessa etapa em que vão ser formados os cidadãos que tomarão as decisões no futuro e que poderão mudar os rumos sociais. Nesse contexto, o Ensino Médio Integrado ganha uma particular relevância, pois para os autores esse modelo educativo se configura como uma maneira de confronto às feridas históricas que evidenciam profundamente a estrutura da sociedade brasileira, que são elas, a desigualdade econômica, as injustiças sociais e a intolerância de classe e cultural.

Conforme explicado acima é possível afirmar que o modelo de ensino apresentado tem como objetivo, não só uma formação de estudantes para a vida profissional, mas também, uma formação para vida em um sentido mais amplo. Neste contexto, fica claro que para o autor um dos objetivos do ensino médio integrado é combater todo um contexto de injustiças e disparidades.

Para Simões (2007) o ensino técnico articulado com o médio, constitui aos jovens uma oportunidade que tanto contribui na questão de sobrevivência econômica e inclusão social, como consiste em uma proposta educacional que se torna essencial para eles no ponto de vista do desenvolvimento pessoal e mudança da realidade

social em que estão introduzidos. A partir disso, pode se entender que o autor deixa claro que esse tipo de ensino pode promover uma grande transformação na vida dessas pessoas, além de toda uma transformação da sociedade.

É interessante, aliás, afirmar que mesmo os autores tendo uma diferença de 10 anos entre as publicações, fica perceptível que as ideias sobre o tema são as mesmas. Fica claro que não se trata somente de um modelo de ensino que capacita os jovens para a vida profissional, pois além disso, também é um caminho para que eles alcancem a mudança de sua realidade, e por consequência, uma mudança no âmbito social. Para os autores Araújo e Silva (2017, p. 10) “o conceito de integração, o qual está contido na proposta de Ensino Médio Integrado, [...], ultrapassa sua dimensão pedagógica e alcança a dimensão política da formação humana”.

Conforme explicado acima, o ensino médio integrado vai além da capacitação técnica agregada ao ensino, pois envolvem também outras questões. Uma delas, por exemplo, é a preparação para enfrentamento do mundo em si. É importante ressaltar que, para esse modelo de ensino funcionar, se fazem necessárias políticas públicas consistentes e um Estado que realmente invista na educação.

Os autores deixam claro na citação acima que o Estado tem um papel de grande importância para a consolidação do EMI, sem ele toda essa transformação que pode ser promovida por esse modelo de ensino, conforme fora citada nos parágrafos anteriores, não será concretizada. Esse é o motivo pelo qual é importante frisar esse ponto, uma vez que, uma pequena falha pode comprometer todo o projeto.

Portanto, torna-se evidente que o EMI pode promover toda uma transformação social, mas para isso ocorrer é necessário que toda a “engrenagem” esteja alinhada. Vê-se, pois, que caso o Estado não cumpra seu papel, nada disso será possível. Logo, é indiscutível o fato que esse modelo de ensino pode ser benéfico a toda a sociedade, mas depende do funcionamento correto do mesmo, além de investimento, acompanhamento e realização das melhorias necessárias.

3 METODOLOGIA

O foco da pesquisa foi fazer um estudo sobre as políticas públicas de educação inclusiva, que existem no IFTO, para as pessoas surdas, tendo como foco o ensino médio integrado, e verificar se elas contribuíram de alguma forma para a permanências desses alunos na instituição.

A definição de pesquisa para Marconi e Lakatos (2003, p. 155) "[...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.". A pesquisa pode ser utilizada para promover a melhora de alguma situação através dos resultados obtidos, como também para fazer uma descoberta, entre várias outras utilidades.

Do ponto de vista da natureza, a pesquisa foi básica, que de acordo com Silva e Menezes (2001, p. 20) "Pesquisa Básica: objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.". Isso ocorreu, pois, sua finalidade maior foi gerar conhecimento sobre o tema, porém caso tenha sido identificada alguma problemática, nada impede que ela possa ser utilizada para propor uma resolução.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa exploratória visa prover maior familiaridade com o problema, tendo em vista fazê-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. E a pesquisa descritiva procura descrever os atributos de uma população estabelecida ou um acontecimento, ou também pode estabelecer relação entre elementos. Sendo que geralmente esses dois tipos de pesquisa podem se complementar.

Esse estudo foi produzido e classificado objetivando alcançar de modo mais eficiente o objetivo da pesquisa, sendo esse, avaliar de que forma a aplicação das políticas públicas de educação inclusiva auxilia pessoas surdas no ambiente escolar do EMI do IFTO – Campus Palmas no período de 2014 a 2020. Para melhor aproveitamento, ela foi classificada como exploratória e descritiva, em função do uso de fontes documentais e bibliográficas para se chegar em um resultado satisfatório, e como citado acima, essas pesquisas na maior parte das vezes usam esse tipo fonte.

Conforme verificado por Prodanov e Freitas (2013), a abordagem qualitativa não pode ser traduzida em números, sendo essa a principal diferença dela para a abordagem quantitativa, que está mais preocupada com numerar ou medir unidades. Trata-se inegavelmente de uma pesquisa em que tem foco na interpretação dos fenômenos e atribuição de significados. Em que, geralmente, o pesquisador tende a analisar os dados indutivamente.

Devido ao uso de fontes bibliográficas e documentais para a coleta de dados, foi utilizada a abordagem qualitativa para tratamento dos dados, isso ocorreu em razão da interpretação realizada em relação a informações obtidas nessas fontes exploradas, e conforme citado acima, ela é o principal foco desse tipo de abordagem. Nesse sentido, devido à base da pesquisa ser um problema, tem-se o tipo de raciocínio hipotético-dedutivo para que a partir de uma hipótese possa chegar a uma base de solução viável para o problema.

Pode-se dizer que levantamento bibliográfico utiliza fontes secundárias. Ele abrange todo tipo de bibliografia já publicada, podendo utilizar livros, revistas, jornais, monografias e várias outras fontes, para realizar a pesquisa. E a pesquisa documental está restrita, como o nome já diz, a documentos, que ao contrário do anterior, é uma fonte primária (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Em função da pesquisa ter sido realizada a partir de fontes já publicadas, como livros, artigos, teses, entre outros, notou-se que a pesquisa foi bibliográfica. E, além disso, devido ao uso de documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas para realização da coleta de dados, também se notou que a pesquisa foi documental.

Como instrumento para coleta de dados, nessa pesquisa foram utilizados registros institucionais, além também de livros, artigos, sites, monografias, teses, legislações, etc. Almejando dessa forma, a realização da busca de informações para melhor esclarecimento sobre a problemática levantada no decorrer da pesquisa e alcance dos objetivos, da melhor forma possível.

A análise e interpretação dos dados, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), se divide em quatro fases. A primeira é a crítica do material bibliográfico, que pode ser considerado como um juízo de valor sobre determinado material científico. A segunda, terceira e quarta fases, respectivamente, decomposição dos elementos essenciais e

sua classificação, generalização e análise crítica, correspondem às três da análise de texto. E nessa pesquisa, a análise e interpretação dos dados foi realizada com base no material levantado através da coleta de dados.

Portanto, de forma geral, a metodologia escolhida para esse trabalho foi pensada com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa e responder o problema de pesquisa da melhor forma possível. E conforme os resultados obtidos, poder promover alguma melhoria, caso tenha sido identificado algum ponto a ser mudado.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, documental e estudo de caso. Sendo que, na primeira situação, foram realizadas buscas na literatura a respeito da temática abordada, de forma a incluir a visão de vários autores e as legislações que versam sobre o tema para deixar a discussão de forma robusta em suas discussões. Na segunda, foi realizado um levantamento de dados diretamente no IFTO - Campus Palmas, no setor de Coordenação de Cadastro e Pesquisa Educacional e no de Gerência de Gestão de Pessoas para que em um terceiro momento fosse realizado interpretações sobre o espaço estudado.

Os setores citados acima fizeram o envio dos dados para a pesquisa documental através de e-mail. E para realizar o tratamento dos mesmos, optou-se pela utilização da abordagem qualitativa, conforme já havia sido citado na metodologia, pois a preocupação principal do trabalho não era fazer puramente uma análise somente dos números em si, mas sobretudo a verificações de como aconteceu este processo, aplicação das políticas públicas no recorte de estudo verificado em seu desenvolvimento.

Em relação à pesquisa bibliográfica, buscou-se entender melhor de qual forma as políticas públicas de educação contribuem para a inclusão do público surdo, além de verificar como funciona esse processo de inclusão de acordo com o que é imposto pelas leis. Já em relação ao levantamento documental, procurou-se entender na prática a situação escolar desse público. Assim, utilizamos como base a verificação dessas informações sobre os alunos com surdez que ingressaram no ensino médio integrado do IFTO entre os anos de 2014 e 2020. E, além disso, o quantitativo de profissionais de Libras que atuaram na instituição nesses mesmos anos, pois como foi demonstrado no trabalho, eles têm papel fundamental para o ensino desses alunos.

Deste modo, constatou que durante esse período tivemos como resultado 6 estudantes com surdez que ingressaram no EMI do IFTO, 4 deles conseguiram concluir o curso, 1 está em fase de integralização e 1 foi desligado. Ou seja, foi possível perceber que somente um desses estudantes acabou não tendo êxito na conclusão do curso.

Já em relação à quantidade de profissionais de Libras que atuaram durante esse mesmo período, foi possível perceber um progresso em relação à quantidade de

profissionais atuando em cada ano. Pois, entre os anos de 2014 e 2016, havia somente 1 profissional em cada ano colaborando para esse público no campus Palmas. Já no que remete ao ano 2017 esse número passou para 2; em 2018 um total de 3; em 2019 este número passou para 4, e por fim em 2020 o quantitativo de profissionais atuando no IFTO – campus Palmas já estava em 6 profissionais.

Assim, por meio das informações apresentadas acima, é possível verificar se o objetivo geral do trabalho foi atingido, que era fazer uma avaliação de como é feita a aplicação da política pública de inclusão para que ela possa auxiliar na inserção dos surdos no ambiente escolar. Sendo possível perceber que houve uma evolução no que refere ao aumento de apoio a esse público no decorrer dos anos, chegando no último ano pesquisado a ter 6 vezes mais profissionais do que tinha no primeiro ano verificado. Além disso, também foi possível constatar que a maioria dos alunos verificados nesse espaço de tempo chegaram concluir o EMI.

No que tange a respeito da identificação das normativas aplicadas no IFTO para pessoas surdas, foi possível conhecer várias dessas no decorrer do referencial teórico, que vão desde normas constitucionais a leis propriamente ditas. Em relação à contribuição das políticas de educação inclusiva para a permanência desses alunos no instituto, foi possível averiguar que somente 1 desses alunos foi desligado, estão o saldo ainda foi positivo.

Já em relação ao processo de estruturação e organização ao surdo que o Campus oferece, foi possível verificar que o NAPNE exerce um papel de grande importância para as pessoas com necessidades específicas, estando incluído os surdos. Esse setor é o que lida diretamente com os surdos, realizando o acompanhamento, orientação e atendendo outras demandas relativas a elas, tendo dessa forma o exercício de um papel fundamental na vida acadêmica delas.

Portanto, diante do que foi exposto e analisado, fica clara a importância das políticas de educação inclusiva para a vida das pessoas surdas. Além disso, é possível perceber que se não fossem elas, provavelmente o que ainda prevaleceria no contexto atual seria a educação especial e não ocorreria a inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular. Sendo possível ainda destacar que, para essa inclusão continuar ocorrendo, faz-se necessário o investimento em educação, especialmente nessa área de inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou compreender melhor como funciona a aplicação das políticas públicas de educação inclusiva no IFTO – Campus Palmas para as pessoas surdas, entender a importância que elas têm para o meio educacional e para o avanço da sociedade, e também permitiu a entender melhor a realidade do local que foi estudado.

De modo geral, os resultados obtidos pela pesquisa foram satisfatórios, e podem possibilitar de alguma contribuição para que a educação inclusiva continue evoluindo. Foi possível perceber a importância de se ter uma estrutura adequada para o atendimento desse público, de modo que auxilie ele a conquistar cada vez mais espaço na sociedade. E também, perceber o papel fundamental que o profissional de Libras — como por exemplo, o tradutor e intérprete de Libras e o professor bilingue de surdos — tem no meio educacional.

É importante destacar que educação ainda tem vários desafios a enfrentar, seja em relação ao contexto geral ou a inclusão em si. Desse modo faz-se necessário dar continuidade ao debate sobre políticas de inclusão, além de cobrar o devido investimento na área. A educação é um direito a todos e dever do Estado, tendo sido garantida entre os Direitos Sociais na Constituição Federal Brasileira de 1988, que está em vigor até o momento. Ou seja, as pessoas surdas estão incluídas nesse grupo e precisam ter seus direitos garantidos.

Não é simples a inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular, mas ela é necessária para que se construa um ensino e uma sociedade mais igualitária. Então a contribuição deixada pela presente pesquisa é no sentido de compreender a realidade do local estudado. Tentando de algum modo ajudar a melhorar a realidade atual, de forma a demonstrar que importante o apoio dado a pessoa surda é de grande importância, e faz-se necessário dar continuidade ao investimento nessa área.

REFERÊNCIAS

- ALBARELLO, Cristiane B. O PAPEL DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO PÚBLICA. **Revista de administração**, Frederico Westphalen, v. 5, p. 49-71, dez. 2006. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/878>. Acesso em: 22 maio 2021.
- ALVES, Francislene C. *et al.* EDUCAÇÃO DE SURDOS EM NÍVEL SUPERIOR: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In: ALMEIDA, Wolney G. , org. **EDUCAÇÃO DE SURDOS: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus, BA: Editus, 2015. Cap. 2, p. 197. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_de_surdos_forma%C3%A7%C3%A3o_estrat%C3%A9gias_axInDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=hist%C3%B3ria+dos+surdos&printsec=frontcover. Acesso em: 20 maio 2021.
- ARAÚJO, Adilson C.; SILVA, Cláudio N. N. D. Ensino Médio Integrado: uma formação humana, para uma sociedade mais humana. In: ARAÚJO, Adilson C.; SILVA, Cláudio N. N. D. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Editora IFB, 2017. p. 9-19. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BARROS, Hellenvivian A.; ALVES, Francisco R. V. **The main educational approaches to the deaf: and the valorization of the culture of the deaf**. Research, Society and Development, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1231>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 20 nov 2022.
- BRASIL. LEI Nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos**. Brasília, DF, 03 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 27 dez 2022.
- BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BUCCIO , Maria Isabel; BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação especial: Uma história em construção**. Curitiba: IBPEX, 2008.
- CAPELLINI, Véra L. M. F. Infância e inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. In: VICTOR, Sonia L.; DRAGO, Rogério; CHICON, José F. **Educação especial e educação inclusiva: conceitos, experiências e formação**. 1ª. ed. Araraquara: Junqueira&Marin, 2011. p. 272.

CARVALHO, Paulo V. D. **Breve História dos Surdos no Mundo**. Lisboa: Surd'Universo, 2007. 172 p.

CUNHA, Bárbara A; SANTOS, Patrícia S.; Eleny. **Uma reflexão sobre a educação de surdos em Santarém a partir das produções científicas da ufopa**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5092>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. Apresentação. **Instituto Federal do Tocantins**: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2016. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto>. Acesso em: 6 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. Cursos. **Instituto Federal do Tocantins**: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2016. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/cursos-palmas>. Acesso em: 6 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. Institucional. **Instituto Federal do Tocantins**: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2016. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/palmas/acesso-a-informacao-palmas/institucional>. Acesso em: 6 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. Educação inclusiva. **Instituto Federal do Tocantins**: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2017. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/assuntos-estudantis/educacao-inclusiva>. Acesso em: 19 out. 2019.

MARCONI, Marina D. A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEC. Regimento Interno do NAPNE. **Instituto Federal do Tocantins**: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2017. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/assuntos-estudantis/educacao-inclusiva/documentos/regimento-interno-napne.pdf/view>. Acesso em: 15 out. 2019.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. D. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_M%C3%A9t/zUDsAQAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=defini%C3%A7%C3%A3o+de+pesquisa+cientifica&pg=PA164&printsec=frontcover. Acesso em: 21 maio 2021.

RAMOS, Marise N. Ensino Médio Integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, Adilson C.; SILVA, Cláudio N. N. D. **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Editora IFB, 2017. p. 20-43. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

RODRIGUES, C. H.; SILVÉRIO, C. C. P. Pensando a Educação Bilíngue de/com/para Surdos. In: RODRIGUES, C. H.; GONÇALVES, R. M. , org. **Educação e diversidade: questões e diálogos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

RODRIGUES, Carlos H. A SALA DE AULA DE SURDOS COMO ESPAÇO INCLUSIVO: pensando o outro da educação atual. In: ALMEIDA, Wolnei G. , org. **EDUCAÇÃO DE SURDOS: formação, estratégias e prática docente**. Ilheus, BA: Editus, 2015. Cap. 6, p. 197. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_de_surdos_forma%C3%A7%C3%A3o_estrat%C3%A9gias_e_pr%C3%A1tica_docente/axInDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=hist%C3%B3ria+dos+surdos&printsec=frontcover. Acesso em: 20 maio 2021.

ROSSI, Renata A. **A libras como disciplina no ensino superior**. Taubaté: Revista de Educação, Vol. 13, Nº. 15, 2010. Disponível em: <https://seer.pgsskroton.com/educ/article/view/1867>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SANCHES, Patrícia A. S.; ARRUDA, Aparecida L. M. M. **Educação Especial: Inclusão que gera exclusão**. São Roque: Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. Volume 5, 2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Patricia.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete, org. **Políticas públicas: coletânea** Vol. 1. Brasília: ENAP, v. 1, 2006.

SILVA, Edna L. D.; MENEZES, Estera M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SIMÕES, Carlos A. **JUVENTUDE E EDUCAÇÃO TÉCNICA: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horacio Macedo/CEFET-RJ**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, p. 148. 2007.

SOUSA, Ivan V. **Educação Inclusiva no Brasil: história, gestão e políticas** (Coleção Educação Inclusiva no Brasil, Volume 1) / organização Ivan Vale de Sousa - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo **Políticas Públicas no Brasil**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. Cap. 2, p. 398.